



CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA
Secretaria de Comissões
Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2017, NA CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA, ESTADO PARANÁ, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º § 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (2017), às oito horas e trinta minutos (08h30min), no Plenário da Câmara Municipal de Medianeira, reuniu-se em Audiência Pública a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, composta pelos Vereadores Tarcísio Becker Sobrinho – Presidente; Antonio França – Relator e Valdir Candido de Oliveira – Membro, este ausente. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente esclareceu que a Audiência Pública foi convocada nos termos do Edital de Convocação nº 009/2017, de 18 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial Jornal O Paraná, na edição nº 12.610, página C2, do dia 19 de setembro de 2017, para dar atendimento ao que dispõe o art. 9º § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, referente a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2017. O Senhor Presidente informou também que foi dada ampla divulgação da realização da Audiência Pública com nota no site oficial da Câmara Municipal e que, em respeito ao princípio da publicidade, os trabalhos serão transmitidos ao vivo na página do facebook da Câmara Municipal. Em ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Controlador da Prefeitura Municipal, Senhor Aguinaldo Bodanese, o qual procedeu a avaliação do desempenho das receitas, do comportamento das despesas, da variação da dívida pública consolidada e do cumprimento dos limites legais (gastos de pessoal, educação, saúde e endividamento), correspondente aos meses de maio, junho, julho e agosto de 2017, em comparativo com as metas fiscais. Foi relatado que o Poder Executivo Municipal investiu 22,69% das receitas com saúde; 19,78% das receitas com educação e R\$ 1.523.879,12 em investimentos na Área de Assistência Social. Concluiu-se pelos resultados apresentados que foram atingidas as metas fixadas para o Resultado Primário e Resultado Nominal. As Despesas com Pessoal e Endividamento encontram-se abaixo dos limites legais, como proporção da Receita Corrente Líquida. Os investimentos em ações de saúde ficaram acima do limite mínimo fixado pela Constituição Federal. Os investimentos em educação não atingiram o limite mínimo legal no segundo quadrimestre, porém a Constituição Federal prevê que o gestor deve aplicar o percentual mínimo exigido para a educação até o final do ano em exercício. Concluída a explanação do relatório, o Controlador Aguinaldo Bodanese colocou-se a disposição para questionamentos, respondendo todas as questões que foram suscitadas. Concluídos os trabalhos e nada mais havendo, o Senhor Presidente agradeceu a todos os presentes, conforme registro em lista própria e, às nove horas e quarenta e oito minutos (09h48min), deu por encerrada a Audiência Pública. Para que surtam todos os efeitos legais, Eu, Josemar Camargo, designado Secretário, redigi a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos Membros da Comissão de Finanças e Orçamento-.....


Tarcísio Becker Sobrinho
Presidente


Antonio França
Relator

